



ACÓRDÃO Nº478/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11770/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HVD.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Marcus Vinitius de Farias Guerra (Gestor).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1234/2022-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HVD. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Multa. Prazo. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas anuais da Unidade Gestora Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Marcus Vinícius de Farias Guerra**, Diretor-Presidente, de acordo com o art. 22, II, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM, c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Marcus Vinícius de Farias Guerra**, Diretor-Presidente, em virtude da não apresentação dos documentos solicitados pela Comissão de Inspeção, em face das restrições nº 14 e 19 da Notificação nº 39/2021-DICAÍ, com fundamento no art. 54, VII da Lei Estadual nº 2.423/1996 no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais, e oitenta centavos); e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do



ACÓRDÃO Nº478/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à Unidade Gestora Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, que:

10.3.1. Mantenha esforços para cumprir a disposição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no sentido de proceder à nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício;

10.3.2. Observe e cumpra, nos próximos exercícios, a orientação do capítulo 5.10.2 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 2018, no que diz respeito à depreciação de bens móveis;

10.3.3 Efetue melhorias no seu sistema de controle de uso de veículos e de combustível, e que adote meios mais eficazes para avaliar a qualidade do serviço prestado pela empresa terceirizada;

10.3.4. Requeira, urgentemente, junto à SEAD e/ou às demais entidades onde os colaboradores da FMT também têm vínculo em cargo público, esclarecimentos sobre a legalidade destes possíveis acúmulos e a compatibilidade de horários para atividades;

10.3.5. Regularize a situação de cotações de preço dos contratos, de maneira que tal impropriedade não persista nos ajustes vindouros;

10.3.6. Observe a vedação de participação de cooperativas em certames licitatórios;



ACÓRDÃO Nº478/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.7. Observe, finalmente, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora apontadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, de conformidade com o art. 188, parágrafo 1º, III, “e” da Resolução nº 02/2002 RITCE-AM;

10.4. **Dar ciência** sobre o teor desta decisão ao **Sr. Marcus Vinícius de Farias Guerra**, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

10.5. **Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de abril de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral